



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6723

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Repassa Recursos, Firma Convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações do Executivo

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 22/11/2005

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 102/2005. Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros e firmar convênio com a Fundação Sara Albuquerque Costa e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; abrir crédito especial ao orçamento vigente; revoga a Lei nº 3.419, de 11/07/2005, e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 21.1    **Posição:** 17    **Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Repasse de recursos  
nº: 211  
Ordem: 17  
nº fls 03



102/2005

29.11.2005

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº / 2005

AUTOR:

EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal repassar recursos financeiros  
e firmar convênio com a Fundação Sara Albuquerque Costa e a Associação de Pais e  
Amigos dos Excepcionais – APAE, abrir crédito especial ao orçamento vigente, e dá  
outras providências.

### MOVIMENTO

Entrada em 22/11/2005

1 -

Comissão de Legislação e Justiça

2 -

3 -

APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA EM 29.11.2005

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
Procuradoria-Geral

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ / 2005.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS E FIRMAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO SARA ALBUQUERQUE COSTA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, autorizado a repassar recursos financeiros e firmar convênio com a Fundação Sara Albuquerque Costa, no respectivo valor que menciona, com a seguinte dotação orçamentária:

**dotação: 09.05-08.243.0023.4004/335043.....R\$ 771,87 (setecentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos).**

**Art. 2º.** Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, autorizado a repassar recursos financeiros e firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, no valor de R\$ 12.431,09 (doze mil, quatrocentos e trinta e um reais e nove centavos).

**Art. 3º.** Para fazer face ao repasse de recursos financeiros à entidade de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento de 2005, através da seguinte dotação orçamentária

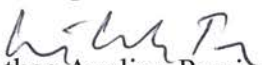
**dotação: 09.05-08.243.0023.4030/445041 – Repasse de recursos à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros.  
R\$12.431,09 (doze mil, quatrocentos e trinta e um reais e nove centavos)**

**Art. 4º.** Para atender a abertura do crédito a que se refere o art. 3º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, no valor que menciona, a seguinte dotação orçamentária:

**dotação: 09.03-08.244.0022.2066/339000  
R\$12.431,09 (doze mil, quatrocentos e trinta e um reais e nove centavos)**

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.419 de 11 de julho de 2005.

Município de Montes Claros (MG), 21 de novembro de 2005.

  
Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal





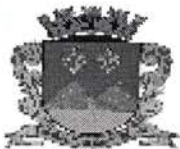
Scans para  
aprovação  
JFZ

De acordo. To Registo  
ferraz

Somos pela  
aprovação  
JFZ







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**Procuradoria-Geral**

---

**Montes Claros, 21 de novembro de 2005.**

**Ofício nº:** PJ /112/2005

**Assunto:** Projeto de Lei

**Serviço:** Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente,

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei com o qual pretendemos repassar recursos financeiros e firmar convênio com a Fundação Sara Albuquerque Costa e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.


Cumprе dizer que, para atender o repasse de recursos financeiros à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, abriremos Crédito Adicional Especial ao Orçamento de 2005, no valor de R\$12.431,09 (doze mil, quatrocentos e trinta e um reais e nove centavos).

Quanto a Fundação Sara Albuquerque Costa, o repasse será no valor de R\$771,87 (setecentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos), com dotação orçamentária prevista no orçamento vigente.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, acreditamos que, V. Exa e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres Vereadores nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

  
Athos Avelino Pereira  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Sebastião Ildeu Maia  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Nesta



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2005 QUE “Autoriza o Poder Executivo Municipal repassar recursos financeiros, firmar convênio com a fundação Sara Albuquerque Costa e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente e dá outras providências” de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


A iniciativa de Leis que solicitem a autorização para repasse de recursos financeiros, bem como, para celebrar convênios e abertura de crédito adicional especial é do Executivo Municipal.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 24 de novembro de 2005.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605